

Entrevista ao “Sol” (7/6/2013)

Ajudou Passos a chegar a PM. Passos correspondeu às suas expectativas?

Para responder a isso é preciso perceber como estava o país há dois anos. O país estava em pré-bancarota, sem credibilidade externa, sem acesso aos mercados, com taxas de juro galopantes e numa situação de estagnação económica.

A partir desta base de partida, qualquer governo responsável devia, como aconteceu, ter definido como prioridade recuperar a credibilidade externa. Passados estes dois anos, vejo aspectos positivos na actuação do Governo e aspectos negativos, sobretudo na área da gestão política. Os positivos são: ter anulado o défice externo, ter obtido progressos na recuperação da credibilidade externa e na confiança dos mercados, ter assumido a execução dos compromissos firmados pelo PS com a troika, em nome de Portugal, o ter desbloqueado um conjunto de reformas estruturais (exs: mercado trabalho, arrendamento, ter dado início à reforma da justiça, do sistema de concorrência e regulação dos mercados) e ter iniciado o processo de reestruturação da despesa pública e diminuído significativamente o défice público estrutural. Os aspectos negativos ligam-se, sobretudo, com a gestão política da crise, e das expectativas, não tendo explicado ao país a necessidade imperiosa de fazer, em simultâneo, três ajustamentos estruturais interligados: das contas públicas, das contas externas, e de um novo modelo, (novos motores) para o crescimento da nossa economia.

Aí, o que é que falhou?

O Governo devia ter explicado em pormenor, continuamente na comunicação social, de uma forma pedagógica, o que iria representar estes três tipos de ajustamentos: contracção da actividade económica e do emprego, a curto prazo, para a criação, a médio e longo prazo, de condições para a retoma do crescimento económico de uma forma saudável. O Governo optou por não fazer a autópsia da herança que recebeu e não explicou que o esforço que iria ser pedido aos

portugueses seria brutal para se corrigirem erros acumulados de quinze anos. E a troika devia ter sido logo confrontada, na primeira avaliação trimestral do memorando, com as suas insuficiências técnicas na correcção do PEC IV. Recorde-se que este PEC 4 previa um défice público de 2% do PIB para 2013 e uma dívida pública que não ultrapassava a casa dos 80% do PIB!

Por que é que o Governo não o fez?

Creio que por medo da reacção dos mercados. Na altura, queria desligar-nos da Grécia - e foi bem sucedido - e não queria dramatizar. Mas, não dramatizando, fez uma má gestão das expectativas. Não clarificou as bases de partida, da dinâmica do défice e da dívida pública e não explicou que a recuperação iria ser lenta e difícil e iria demorar anos.

A troika fez uma “due diligence” ao PEC IV insuficiente quanto aos valores de partida do défice e da dívida. Foi importante para a credibilidade externa o Governo obter boas notas nas avaliações trimestrais, mas um bom aluno deve ser inteligentemente reivindicativo. Na minha opinião, o memorando devia ter sido aperfeiçoado ao fim de 9 meses, pelo menos, no sentido de o aproximar do programa do principal partido do Governo, o PSD. Em três áreas: no ritmo do ajustamento orçamental, no financiamento à economia, e nos incentivos fiscais e financeiros ao investimento produtivo. O Governo acabou por estar a tentar fazer isto, perdendo o “timing” político, e fazendo-o de uma forma desgarrada; com o Documento de Estratégia Orçamental e com a iniciativa do MEE, tarde e a más horas, (um ano de atraso) com a apresentação da estratégia para o crescimento o emprego e fomento industrial. Ao fim de 9 meses, o Governo deveria ter discutido estas peças num só acto, num único pack, nomeadamente com os partidos políticos e os parceiros sociais.

Outro aspecto negativo, foi a gestão política da troika e não ter conseguido manter o PS amarrado ao memorando. A troika exigiu, quando negociou com o Governo de Sócrates, cartas de conforto ao PSD e ao CDS, que estavam na oposição. O PS nunca devia ter sido liberto da amarra ao barco que o Governo de Sócrates afundou. Quer o Governo, quer a troika, deviam ter envolvido nas revisões do memorando todos aqueles que no momento zero estiveram envolvidos. Os papéis deviam-se ter invertido. Na revisão do memorando inicial, a troika devia, tal como exigiu ao PSD no memorando inicial, ter exigido uma carta de

conforto ao PS, e também ao CDS, para este partido não estar com um pé dentro e o outro fora.

Outro aspecto negativo: no processo de redução estrutural da despesa pública, os estudos do FMI e da OCDE deveriam ter aparecido 6 a 9 meses após a tomada de posse do Governo. Perdeu-se timing político.

Por outro lado, a pedagogia das medidas devia ter sido constante e em linguagem acessível à população. A gestão de uma crise exige muita transparência, comunicação e verdade para explicar os três tipos de ajustamentos estruturais em curso. Não se corrigem em dois anos erros de política económica acumulados de quinze anos! O Governo deveria ter explicado que a recuperação iria ser lenta e difícil. Que depende de nós, mas também dos ventos europeus. Precisamos de bons ventos europeus.

O que Portugal devia estar a reivindicar na Europa?

Estamos numa fase de transição em que a Europa também não sabe bem para onde deve caminhar. São críticos (i) a concretização do mecanismo de estabilização financeira, (ii) um papel activo do BCE como financiador de último recurso, (iii) o projecto de união bancária e (iv) o reforço do federalismo fiscal. Estas peças ainda não estão no terreno. Tem havido muita lentidão. Outra componente é a Europa olhar para o excesso de dívidas acumuladas em muitas economias europeias e não apenas nas dos países sob assistência. Há um excesso de endividamento geral. A UE falhou na supervisão e tem responsabilidades. Espero que a Alemanha retome a proposta dos 5 sábios alemães, de há 4 anos, de mutualização de uma parcela do excesso das dívidas. Deveria fixar-se o limite para cada país (70 ou 80% ou 90%) e a partir daí far-se-ia uma mutualização parcial numa operação única, pontual e extraordinária. Não é emitir-se eurobonds para financiar défices correntes todos os anos, como alguns defendem.

A missão deste governo vai durar apenas uma legislatura?

Este governo tem uma missão histórica que só vai ser devidamente apreciada daqui a 10 anos. Tal como Ernani Lopes, que só hoje é apreciado, mas que em 1983 salvou Portugal da bancarrota. Daqui a 10 anos, a história vai demonstrar que este governo e Vítor Gaspar tinham

razão. Gaspar foi o homem certo no contexto histórico. Tem o perfil certo nesta fase, para que Portugal tenha sucesso no processo de recuperação da credibilidade externa.

Então nas próximas eleições legislativas os portugueses ainda não vão perceber.

A história mostra que as pessoas não tendem a compreender qualquer governo que sobe no poder num período de reajustamento dos excessos acumulados, e tenha necessidade de tomar medidas duras. As pessoas vão votar em função das suas emoções. Na sua óptica o grande culpado daquilo que está a acontecer no país é quem está no governo. É injusto mas é assim. O PS, que governou o país em 85 por cento do tempo de 1995-2010, e que contribui para afundar o barco, é que devia estar agora no Governo a tentar salvá-lo! Os que estão a tentar salvar o barco é que vão ser penalizados. Vai haver com certeza rotação política, a menos que aconteçam coisas extraordinárias, não previsíveis, no próximo ano. Isto tem que ser encarado sem drama. São os ciclos eleitorais normais. Espero é que se criem condições para que este Governo cumpra a legislatura, pois o país precisa de estabilidade política.

Como?

Há aqui um paradoxo. Quanto melhores forem as notícias na frente externa do financiamento da economia, maior é a probabilidade de crise política interna. Se aqueles que querem fazer prematuramente o assalto ao poder sentem que o problema de financiamento está resolvido, então pensarão “agora já podemos ir para lá”.

E a coligação e o CDS?

A coligação também. Nessa situação subirá a tensão política no país, e maior será o apetite para saltar do velho barco, que já poderá estar queimado aos olhos da população, para um novo barco. Se no primeiro semestre de 2014 os bons ventos europeus aparecerem e a credibilidade externa estiver mais consolidada, então aumentará a tensão política, porque o poder tornar-se-á mais atractivo.

O compromisso do CDS termina em Junho de 2014.

O CDS tem uma estratégia de estar no governo e na oposição ao mesmo tempo. É uma habilidade política, um equilibrismo.

Internamente ganham?

Estão convencidos que sim e querem saltar do barco num determinado momento se sentirem que há condições para isso. Espero que esse momento oportuno não apareça tão cedo.

Nas várias crises PSD-CDS, alguma vez deu razão a Portas?

A reestruturação da despesa pública é impossível sem mexer na carga salarial da FP e nas prestações sociais, pois representam cerca de 70% do total. Portas tem razão nas pensões desde que substitua aquela medida por outra de igual valor e de igual probabilidade de concretização. Eu, como analista, acho que ele foi incoerente. Mas ainda está a tempo de demonstrar que é coerente, tanto mais que é o responsável pelo guião da reforma do Estado. Compreendo a sua proposta, se propuser substituir aquela medida por outra, que represente um corte permanente na despesa.

Uma coligação deve ter regras de jogo e as divergências devem discutir-se em casa. Às vezes, sabe-se cá fora mais depressa, do que dentro do Governo. Essa não é a postura mais adequada. A forma de se expressar, através de discurso público essas divergências, não é a melhor forma para se criar um ambiente de confiança dentro da coligação. E o PSD também terá as suas responsabilidades de não ter sabido gerir a ligação com o seu parceiro na coligação.

Portas-jornalista ou já é um Portas-estadista?

Na pele de jornalista, tinha aquele conjunto de atributos conhecidos. É uma pessoa intelectualmente e politicamente preparada, e é muito hábil. Mas nem todos os políticos preparados chegam à categoria de estadista. Isto ainda lhe falta demonstrar.

Uma crítica que se faz muito ao PM é que não estava preparado para assumir estas responsabilidades. O que lhe parece?

Se analisarmos o método de selecção de candidatos a PM dentro dos partidos e depois para a eleição de PM, concluímos que na Europa, em geral, só por acaso é que de tempos a tempos aparece um bom líder. O processo de selecção é muito estreito, pois é feito dentro dos aparelhos partidários. É crucial encarar-se a abertura dos partidos políticos a eleições primárias mais abertas. Mas Passos Coelho surpreendeu-me pela positiva, pela sua determinação e coragem. Com certeza com erros na actuação concreta, mas no actual contexto, é muito difícil ter uma boa imprensa, mesmo quando o Governo faz coisas positivas. Tem feito coisas boas e outras menos bem sobretudo na gestão política. Nisso surpreendeu-me porque houve erros de gestão política que eu não imaginava que ele cometesse, nomeadamente no campo da gestão política com o PS e com a “Troika”.

Várias notícias deram conta que se tentou demitir em algumas ocasiões. Está a ver isso acontecer um dia?

O PM está determinado na sua missão, tem legitimidade política e penso que enquanto tiver apoio de uma maioria na AR não se vai demitir. Só se irá demitir, na minha análise, num cenário em que sentir que o seu parceiro de coligação está mais fora do barco do que dentro. Se isso acontecer, admito que apresente uma moção de confiança. Nessa altura, o CDS ficará com grande responsabilidade.

Há muitos sociais-democratas a criticar o Governo e Passos. Acha que para esses este Governo está no ponto de não-retorno e já não será possível nunca mais contar com o seu apoio?

Uma das razões pelas quais nunca me inscrevi no PSD foi ter autonomia para emitir as minhas opiniões, mesmo criticando. Quem é militante não tem autonomia para criticar com a agressividade que vejo em alguns segmentos do PSD. Militantes, como MFLeite ou ACapucho, ainda a

procissão ia no adro, e já estavam a criticar ferozmente o Governo do seu partido. Em muitos casos, as críticas de barões do PSD, tal como acontece no PS, têm subjacente ressentimentos históricos dentro da família política. Isto não tem nada a ver com sensibilidades. Há sensibilidades diferentes no PSD e há ressentimentos pessoais historicamente acumulados que também influenciam as opiniões.

Que fará Passos depois de ser PM?

É dos poucos políticos da nova geração que tem vida para além da política. Tem uma profissão, é gestor. Há outros que não sabem fazer mais nada, e tentam depois ressuscitar. Não prevejo ser o caso de PPC.

Versão completa da entrevista ao Jornal Sol de dia 7 de Junho de 2013.